



PROJETO DE LEI

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis, e altera o Anexo único da Lei 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis/SC.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº Lei 18.278, de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

MÁRIO MOTTA
Deputado Estadual

ANEXO ÚNICO
(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

ANEXO ÚNICO
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....		
Florianópolis		LEIS
.....		
	Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis.	
.....		

(NR)

Sala das Sessões,

MÁRIO MOTTA
Deputado Estadual

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo declarar de utilidade pública o Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina – SINPCI-SC, em reconhecimento às relevantes atividades que desenvolve em benefício da sociedade catarinense.

Embora tenha como finalidade a representação dos Auxiliares Periciais da Polícia Científica, a atuação da entidade vai além da defesa dos interesses da categoria. Ao longo de sua atuação, o Sindicato tem promovido estudos técnicos, pesquisas, ações de qualificação profissional, produção e divulgação de conhecimento científico, além de contribuir com propostas voltadas ao aperfeiçoamento da Polícia Científica e da prestação dos serviços públicos por ela desempenhados.

Suas iniciativas refletem diretamente na melhoria da qualidade dos serviços periciais, da identificação civil e da medicina legal, áreas essenciais para a promoção da justiça, da segurança pública e da garantia dos direitos dos cidadãos.

Assim, considerando a relevância social das atividades desenvolvidas e o atendimento aos requisitos previstos na legislação estadual, a presente proposição busca reconhecer oficialmente a contribuição do SINPCI-SC para o interesse público, razão pela qual se espera o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

MÁRIO MOTTA
Deputado Estadual



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Mario Pinto da Motta Junior**, em 02/07/2026, às 10:47.
